

APRENDIZADOS DA LUTA: MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL E INDÍGENAS NO MÉXICO

CONTE, Isaura Isabel¹

RESUMO - Este artigo trata da dimensão educativa da luta a partir do trabalho e da constituição de identidades individuais e coletivas de mulheres militantes e dirigentes da Via Campesina do Brasil e da UNORCA/UNMIC e CONAMI do México. Metodologicamente, parte de estudo de caso realizado por ocasião de pesquisa de tese e, assim, as investigações se deram no Estado do Rio Grande do Sul com mulheres do MST, MPA, MMC e MAB e, no México com mulheres da UNORCA/UNMIC e CONAMI entre os anos de 2011 a 2013. O que podemos destacar é que nos espaços próprios de mulheres, sem negar as Organizações mistas, conseguem entender a si mesmas, dar-se força mutuamente e fazer sua formação ultrapassando os limites escolares ou mesmo da formação política, rompendo com os “cativeiros”. Desse modo, se fazem sujeitos e se põem fortes não mais sendo vítimas, mas, colocando questionamentos vários a si, a suas famílias e à sociedade capitalista e patriarcal.

Palavras-Chave: Mulheres camponesas e indígenas. Lutas. Trabalho. Educação. Aprendizados.

Por meio desse texto apresentaremos algumas reflexões acerca das mulheres camponesas do Brasil, vinculadas à Via Campesina², e das indígenas do México, militantes da UNORCA/UNMIC e da CONAMI³, com relação ao universo de trabalho, aos movimentos específicos, às organizações mistas, e ao caráter educativo que assumem suas lutas. Resulta de pesquisa que deu origem à Tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2014.

Teve como metodologia de produção de dados, o estudo de caso e, para tanto, foi necessário viver no México por seis meses para entender e estudar a situação das mulheres mexicanas em organizações, no ano de 2013. A parte da investigação realizada no Brasil, mais especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, já vinha sendo de inserção nas Organizações Populares durante alguns anos anterior à pesquisa. A escolha dos sujeitos teve como principal critério a inserção das mulheres em lutas específicas para além da participação em movimentos mistos em ambos os países. Tanto no Brasil quanto no México, a pesquisa se deu por

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com Pós-Doutorado na mesma Instituição. Mestre em Educação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), câmpus de Juara/MT. E-mail: isauraconte@yahoo.com.br.

² Da Via Campesina/Brasil foram pesquisadas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no estado do Rio Grande do Sul.

³ No México, a pesquisa foi realizada na *Unión Nacional de Organizaciones Campesinas Autónomas* (UNORCA) que, por sua vez, dela deriva a *Unión Nacional de Mujeres Indígenas y Campesinas* (UNMIC), coletivo específico de mulheres, pertencente à Via Campesina da América do Norte. Também, na *Coordinadora Nacional de Mujeres Indígenas* (CONAMI), que é uma organização específica de mulheres indígenas do campo e da cidade, cujas integrantes fazem parte de vários movimentos e organizações diferentes entre si, mistos ou só de mulheres.

observações e entrevistas, inclusive indo aos locais de residência dos sujeitos da pesquisa, uma vez que o tema tratado era trabalho e produção.

A aproximação que fazemos a partir do estudo da realidade das mulheres camponesas do Brasil e das indígenas do México na atualidade, é trazida no texto por meio de mitos existentes que perpassam o sexo feminino. Esses mitos, não só justificam a opressão e a exploração como, em larga medida, conformam e cimentam concepções e práticas femininas e masculinas. De outra maneira, outro fator que aproximou e possibilitou a pesquisa é que as mulheres não aceitam pacificamente as opressões e reagem em movimentos organizados frente ao que consideram necessário. No texto, optamos, em manter a metáfora do Rio, que em seu processo de cheia ou de quase desaparecer, é comparado às lutas das mulheres. A intensão é de que essa metáfora pode-nos fazer pensar o educativo dessas lutas, principalmente para quem acredita nelas como algo que possa alavancar transformações socioculturais, como creem as mulheres pesquisadas.

Os mitos aos quais nos referimos, mais que envolver as mulheres, lhes põem centrais, perpassando o imaginário social, inclusive a elas próprias. No México, desde a invasão até os dias atuais, figura o mito de *La Malinche*, a este associado outro, que é *la mujer llorona*, parecendo que se trata da mesma mulher, em ambos os casos, tida como traidora de seu povo que prefere o estrangeiro. Nesse caso, ela seria a tradutora do “conquistador” Hernán Cortéz, e, assim, por sua culpa, teria caído o império Azteca; esta mulher teria sido amante de Cortéz e, sendo obrigada a matar cada filho que nascia desse relacionamento e, por isso, ela chorava sem parar ao final de sua vida. Diz o mito, que nos dias atuais, ainda se ouve choro de criança em determinados lugares quando se fica em silêncio, por causa da existência da tal mulher chorona (GUTIÉRREZ, 2012). É mito, e, justamente por isso, ele diz ou justifica histórias, histórias, estas em que a mulher ocupa um determinado lugar, ou no mínimo concepções acerca do que foram e são as mulheres.

No Brasil um dos mitos tem a ver com a invasão colonial e o papel das mulheres. De alguma maneira há dubiedade: por um lado, elas seriam pacíficas como que acolhendo e se amancebando com o estrangeiro (RIBEIRO, 1995), e, por outro, aparecem imagens das índias velhas de seios caídos, representadas em pinturas levadas à Europa. Essa imagem justificaria a invasão que viria para aplicar a civilidade aos povos indígenas visto que era passada a ideia das mulheres índias como libidinosas, ou sujas, pecadoras, pervertidas, praticantes de rituais canibalescos e outros feitos. A imagem de mulheres velhas, de seios caídos e desdentadas

representava a decadência e, de outra maneira, que era preciso mesmo “civilizar” (RAMINELLI, 2002).

Considerando os mitos em questão e sua relação com a existência do patriarcado de onde decorre a penalização sobre o sexo feminino, consentido ou não e, perpassado também pelas mulheres, Marcela Lagarde (2011), ativista feminista mexicana, vai afirmar que as mulheres, não só do Brasil e do México, mas todas, sob o patriarcalismo estão em cativeiro, sobrevivendo criativamente na opressão. Nesse aspecto, a autora destaca que independente do que a mulher é tipificando-as como mães/*madresposas*; monjas; putas; presas e, loucas, sendo esses atributos existentes em todas com maior ou menor intensidade, elas sofrem o cativeiro de diferentes maneiras. Para a autora, os cativeiros das mulheres correspondiam e correspondem ao fato delas serem privadas de sua autonomia vital, de sua independência para viver, do governo sobre si mesmas, da possibilidade de escolher e da capacidade de decidir sobre os fatos fundamentais de suas vidas e do mundo.

Ainda que a ideia de cativeiro sugere a vivência da opressão pelas mulheres, devido ao simples fato de serem do sexo feminino, isso não significa que, a partir dessa condição aceitem pacificamente, ou ainda, que não se beneficiem de alguns aspectos dos cativeiros, mediante os mais diferentes objetivos. Tanto é que, Lagarde (2011, p. 66) faz a seguinte afirmação: “*Para la mayoría de las mujeres la vivencia del cautiverio significa sufrimiento, conflictos, contrariedades y dolor; pero, hay felices cautivas*”. Nesse aspecto, não descarta a possibilidade de haver cativas felizes, inclusive, pelo fato de não se darem conta do próprio cativeiro, mas isso não quer dizer que não sintam culpa.

Diante das afirmações de Lagarde buscamos dialogar como a pesquisa realizada e, assim, podemos perceber que as mulheres militantes e dirigentes das organizações, ao se darem conta da opressão na manifestação dos cativeiros, reagem formando e mantendo movimentos ou coletivos específicos de mulheres, uma vez que consideram terem sido deixadas de lado na história, ou seja: de fora do acesso àquilo que para um homem, mesmo pobre, seria normal, principalmente no que tange a poderem sair de casa e ter a possibilidade de entender a amplitude do mundo que os cerca. Elas percebem que há algo que força-as para dentro de casa; para o ambiente doméstico e, por vezes, isso se evidencia na própria culpa quando saíam ou saem para a militância deixando filhos (as) e os afazeres domésticos. Diante disso, buscam superação de culpas e medos nos coletivos específicos de mulheres, de maneira especial no debate feminista.

Elas afirmam que precisam construir a história rebuscando retalhos de tantas lutadoras que as antecederam. Necessitam conhecer a resistência de mulheres indígenas e miscigenadas

de seus povos e suas famílias, pois apesar de alguns avanços no campo dos direitos e da emancipação feminina das últimas décadas, para elas se inscreverem na história, continua sendo um desafio cotidiano. Na luta geral as suas palavras valem menos do que as de um homem; precisam construir estratégias por saberem que ainda há uma luta geral versus a luta das mulheres. Souza-Lobo (2011), ao estudar as lutas operárias no Brasil, demonstra em sua obra que as mulheres sempre estiverem nos processos de lutas, mas a desconsideração delas como protagonistas é uma constante na história, tanto é que intitula seu livro “*A classe operária tem dois sexos*”.

A autora pontua que na criação de sindicatos operários, embora fossem mulheres quem encabeçassem e articulassem todo o processo, em raros casos assumiam como presidentas, sendo que isso só foi ocorrer no Brasil, tanto em sindicatos rurais como urbanos na década de 1980. Contudo, é perceptível que não se trata somente do campo da luta social, mas da sociedade como um todo na forma de pensar, muito vinculado a processos educacionais escolares e também extraescolares. Como é sabido, tanto no Brasil como o México, as mulheres foram tardias no acesso à educação, pois, desde a concepção patriarcal, a educação escolar de uma menina era considerada um desperdício de investimento e isso é enfatizado pelos sujeitos da pesquisa. Cabia-lhes apenas saber cumprir suas funções “de mulher” no casamento (praticamente obrigatório), não havendo porque gastar recursos e perder tempo com a sua educação escolar.

Assim, durante um longo período, a escolarização das mulheres foi vista como um dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, como algo perigoso, pois, poderiam aprender “coisas de homem” e outras que não deviam (corria-se o risco de elas deixarem de ser submissas, ou de serem menos submissas). Segundo o relato de uma das entrevistadas, até os dias atuais a educação para a mulher indígena no México, de acordo com algumas tradições, é um mau investimento, porque “ela precisa saber fazer tortilhas para servir ao seu esposo”. Constata-se, que a educação rural no México, destinada às populações identificadas como *Campesindios* segundo Bartra (2011), foi acidentada, com programas descontínuos a fim de desindianizar, impondo a língua espanhola para que pertencessem à nação e deixassem de ser considerados inimigos da Pátria.

No Brasil, da mesma forma, aos povos do campo, quando oferecida educação, foi incipiente, apenas de primeiras letras, com professores que sabiam pouco de leitura e escrita (WANDERLEY, 1984). Com relação aos indígenas, em primeiro lugar estavam os interesses de aldeamento para deixar terras livres aos projetos de “desenvolvimento”, inclusive, essas

políticas foram reforçadas nos governos militares, seguindo-se na década de 1980 (STAVENHAGEN, 1988). Mas, apesar de muitas negações dessas populações, inclusive do acesso à educação, elas estavam – e continuam a estar – constantemente se movendo em conflitos, exigindo terra, território e recursos naturais para sobreviverem.

Mais que isso, os movimentos que eclodiram na década de 1990, em período de avanço do neoliberalismo, eram de indígenas em praticamente toda a América Latina. Esses movimentos reclamavam identidades coletivas próprias, direito a territórios e ao uso dos bens comuns. No México, as mulheres indígenas se levantaram em movimento junto com seus companheiros, ainda na década de 1970, com expressividade, embora nesse período não aparecessem ainda suas pautas específicas. Elas vieram a ser percebidas com organização reconhecida em nível nacional e internacional na década de 1990 conforme pontua Espeland (2004).

De fato, as lutas das mulheres aparecem tardiamente. Parece que elas sempre tiveram que pedir licença, mostrar, comprovar que se tratava de algo importante, e, mesmo assim, eram ditas para esperarem um pouco mais para não atrapalharem a “luta geral”. Nesse sentido, Alves e Pitanguy (1985) ao desenvolverem um estudo sobre a trajetória do feminismo como luta específica das mulheres, afirmam que se nos séculos XVI a XVIII, eram expressas vozes de mulheres ousadas, bastante isoladas, e, num segundo momento, do fim do século XIX para inícios do século XX elas manifestaram muita força, e, nesse caso, começaram a falar sobre, e pôr em pauta o feminismo. Ao eclodir as contestações feministas, as mulheres fizeram muito barulho no mundo. A partir daí, da França, União Soviética, Noruega, Alemanha, Brasil, Peru, Chile, México etc., as organizações e pautas específicas das mulheres começaram a causar alvoroços e a pôr a ordem política e social de cabeça para baixo.

Nesse aspecto, se a descendência de Eva como figura da pecadora e culpada na civilização ocidental cristã, assim como *La Malinche* para as indígenas do México era um peso, nas contestações organizadas elas afirmariam mais ou menos o seguinte: somos a Eva e somos *La Malinche*. Além do mais, nesse momento, em suas organizações específicas, no caso, o MMC e a CONAMI, e nos movimentos mistos, mas que se reúnem como mulheres do MAB, do MST, MPA e da UNORCA, elas já não querem explicar aos companheiros porque fazem reuniões em separado e porque isso é importante.

Já não estão mais explicando e têm consciência que precisam desse espaço – autônomo – para poderem entender sobre os seus próprios cativeiros, e se ajudarem mutuamente como mulheres; precisam aprender a dizer a palavra politizada para se fazerem presentes, para que os

homens percebam a sua existência, segundo elas. Desse modo, se mantém firmes em pé, diante dos questionamentos da sociedade, dos seus filhos e filhas, e diante das críticas que recebem dos setores conservadores da sociedade. Enfatizam que para tal, é necessário se formar e se organizar num espaço de lealdade e confiança. Esse é o sentido da luta específica das mulheres para além das acusações de que dividiriam ou enfraqueceriam a luta indígena ou camponesa.

No que se refere às mulheres da classe trabalhadora, ou às empobrecidas, e é assim que se compreendem as pesquisadas, se pode afirmar que uma das formas de manifestação do cativo, além da opressão, é a exploração do seu trabalho. No caso de indígenas do campo e camponesas não indígenas, a ocultação do trabalho realizado por elas torna-se quase um jugo, mas acaba por ser desmitificado pela parcela de mulheres que se põem e se mantêm em luta.

As mulheres camponesas e indígenas do Brasil e do México são enfáticas em reconhecer que elas sempre trabalharam muito – e ainda continuam trabalhando –, carregando os maiores fardos frente à pobreza e à precarização do trabalho. Por essa razão, nos movimentos dos quais participam, fazem exigências para o cumprimento de políticas por parte dos governos locais e nacionais. Sabem até que continuam trabalhando muito, que ainda não ocupam os espaços de decisão.

Ao que se pode perceber e disseram as mulheres sujeitos da pesquisa, a sua condição de trabalho melhorou se comparado a das suas mães e avós, inclusive no Brasil, houve conquistas significativas de direitos, algo que não ocorreu no México, com as mulheres do campo. Mas, o campo, compreendendo a pequena agricultura, continua sendo ainda menosprezado, ao passo que, o agronegócio recebe avolumados investimentos de toda a ordem por parte do Estado. As mulheres continuam sendo as responsáveis por pensar, organizar e manter a alimentação nas famílias camponesas, indígenas ou não e, esse trabalho, de maneira geral, não é reconhecido e, daí, que grandemente se fala em trabalho de mulher, como aquele sendo na esfera reprodutiva ou para esta.

Desde as reflexões da Sempreviva Organização Feminista (SOF), o trabalho de mulher, pode ser entendido como aquele ligado à reprodução, à disponibilidade e, assim, diretamente ao afeto. Numa exemplificação, em se tratando de trabalho no campo, aquilo que é feito por mulher vale a metade, mesmo não diferindo de algo também executado por homem, em troca de dias e mutirões nas comunidades. Quando se trata de trabalho pago, os homens recebem remuneração por hora trabalhada e, as mulheres, por quantidade que produzem. Assim, “O que existe não é somente uma diferença entre o que os homens e as mulheres fazem. Existe uma

hierarquia, uma desigualdade na forma como aquilo que homens e mulheres fazem é reconhecido pela sociedade” (SOF, 2006, p. 5).

O trabalho feminino ainda, “está também ligado à quantidade de dinheiro que o trabalho gera e se ele é reconhecido ou não como fonte de riqueza para a família” (SOF, 2006, p. 54). Decorrente disso, nem é reconhecido como tal, pois fica na invisibilidade. Melo e Di Sabbato (2009), ao analisarem os dados do IBGE de 2006 no que tange ao trabalho das mulheres na agropecuária brasileira, afirmam que 80% do que é realizado por elas não é pago e, se feita a vinculação com a valorização do trabalho e da pessoa que a realiza pelo dinheiro gerado, a situação é complexa. Poderíamos afirmar, então, que há outra lógica na agricultura camponesa, ainda que não se esteja falando que dinheiro é dispensável e, por isso, a valorização do que é feito, grandemente em vista do autoconsumo e da reprodução, independente de quem executa, não poderia ficar no descaso.

A pesquisa também mostra que as mulheres sempre trabalharam e continuam trabalhando muito, independente de emigração dos homens no caso do México, embora, por causa da emigração as mulheres trabalhem mais ainda. No Brasil, o fluxo emigratório não é como no México, mas, a responsabilidade do trabalho em vista da manutenção das famílias, recai sobre as mulheres. No entanto, elas pouco aparecem como trabalhadoras e agentes do desenvolvimento, até porque ele é entendido grandemente do ponto de vista econômico, do dinheiro que aparece.

Com relação ao campo de trabalho na produção de alimentos, que as militantes brasileiras afirmam ter recebido maior importância e reconhecimento, a começar pela família, o fato de existir políticas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mesmo acontece também de parte do público externo e, nesse sentido, há vários aspectos a serem considerados: trata-se de um não trabalho/serviço ou coisa de mulher, na sociedade, que passa a ser tido como trabalho fundamental para dentro dos movimentos sociais, acima de tudo forçado pelo espaço das mulheres, nas suas lutas e embates com os próprios companheiros das suas organizações ou das organizações parceiras. É uma luta que vai além da cozinha ou do quintal passa para a esfera da política.

A partir desse universo mais amplo que se dá nas conquistas e na manutenção delas, as mulheres montam trincheiras, exigindo melhores condições de produção, com subsídios, o que no Brasil se verificou na existência do programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) no MAB; no convênio de recuperação e multiplicação de variedades

crioulas com base ecológica no MMC; no reforço à produção de alimentos agroecológicos e assistência técnica para famílias assentadas do MST; no forte investimento na multiplicação de sementes tradicionais de feijão e milho por parte do MPA, com distribuição significativa dessas sementes a milhares de famílias, contrapondo à produção transgênica. No México, no momento da pesquisa, a UNMIC/UNORCA estava em negociações e lutas de enfrentamento frente ao governo, com vistas à produção agroecológica num sistema para toda a área do *ejido*/assentamento.

Para além da pauta da produção, outro tema comum às mulheres militantes das organizações pesquisadas de Brasil e México é o da violência cometida contra as mulheres. E, por assim dizer esse tema impacta as mulheres das Organizações de maneira substancial: de um lado, elas ficam chocadas pelo silêncio quando é tratado sobre o assunto com as companheiras da base; de outro, sentem na pele o mesmo que todas as mulheres vítimas de violência, se colocando em seu lugar ou admitindo ter sofrido alguns tipos de violência; dizem também ter um sentimento de impotência, quando se trata desse tema, pois, mesmo sendo lideranças esclarecidas, esbarram nas formas de corresponder às demandas e de dar encaminhamento a elas frente a órgãos governamentais, no Brasil e no México.

Afirmam que as leis postas em vigor muitas vezes não saem do papel; falta estrutura para que as mulheres possam vir a denunciar os casos com maior segurança. No México, todas as vozes diziam: o acoso sexual leva à morte e as mulheres ainda são muito resignadas, sentem vergonha de sofrerem violência, porque parece que a culpa é sempre delas. Admitem e enfatizam a necessidade de reagirem frente a todos os tipos de violência, especialmente cometidas contra mulheres e crianças e, nesse aspecto para a maioria delas, o feminismo, ou a concepção feminista ainda em construção contribui elementarmente. Elas afirmam que foi da luta o aprendizado de que possuem o direito de não ficarem caladas e por isso, em coletivos buscam formas de denúncia e superação. As mulheres indígenas haviam começado em 2013 a discutir e a projetar um Tribunal de denúncia de violências cometidas contra mulheres indígenas no país, visto que os governos faziam pouco caso, segundo elas.

Em se tratando de feminismo, tanto as militantes do Brasil quando do México foram enfáticas em afirmar que não é qualquer, sendo que as brasileiras argumentam sobre o feminismo camponês e as mexicanas defendiam o feminismo indígena, embora, nem todas se diziam feministas. A construção do feminismo camponês e indígena, no qual se envolve uma parcela significativa das pesquisadas, pode ser tido como um grande desafio para elas e para a sociedade. As pesquisadas admitem que ser feminista é difícil, porque vai ao revés do rumo das

concepções hegemônicas, dos “modelos” de ser mãe, de ser mulher, e de atuar na sociedade como mulher, principalmente. As feministas indígenas do México afirmam que não querem um feminismo alheio, ou para negar suas raízes indígenas. Já no Brasil, um depoimento foi enfático apontando para um feminismo popular, que parta da realidade da vida das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, ou, não teria sentido a luta que protagonizam coletivamente.

A pesquisa revela que a busca da sonhada e pautada igualdade entre homens e mulheres compõe o feminismo popular, indígena e camponês, em construção nas organizações e isso, de fato, tem implicações caras. Sabe-se que a cobrança da sociedade patriarcal sobre os papéis definidos que as mulheres deveriam cumprir, não fica alheio a elas e, por isso mesmo, vivem conflitos com os filhos, os quais cobram mais presença da mãe que está na luta; dos companheiros/cônjuges e outros familiares, das pessoas em geral, que pouco entendem da luta e as olham com reprovação como que a dizer, vai para sua casa, cuidar disso, daquilo e daquele outro... de coisas mil!

Contudo, elas já sentiram o gosto de ter colocado as asas de fora, como salientado: as mulheres começaram a conhecer um mundo de possibilidades e querem saber e compreender mais sobre esse mundo, sobre as mulheres e a situação delas; querem fazer avançar a luta mais e mais. Em movimento não se aceitam retrocessos; uma companheira precisa dar força a outra, para que todas caminhem juntas sem deixar nenhuma para trás. Essa tem sido a concepção de feminismo popular camponês e indígena, segundo apontou a pesquisa. Trata-se, portanto de um feminismo coletivo, solidário aonde o aporte acadêmico não é considerado fundamental e sim, o estudo feito por elas mesmas a partir de suas realidades e necessidades.

APRENDIZADOS E DESAFIOS PARA AS MULHERES DO BRASIL E DO MÉXICO

De acordo com nossa pesquisa bibliográfica e também a partir do que salientavam as mulheres de ambos os países, o sexo feminino em si, pouco há figurado como sujeito integrante do desenvolvimento dos países em questão, o que é a mesma realidade na América Latina, ou poderíamos generalizar em termos de países subdesenvolvidos. Elas, desde o passado colonial, foram procriadoras de mão de obra para o desenvolvimento imposto, embora o subvertessem também.

O relato de uma mexicana enfatizava que com a chegada dos espanhóis, nas negociações com a elite do império indígena, os estrangeiros se negavam a se dirigir às mulheres índias, e

esse fato marcou profundamente aquele país, cuja população assimilou uma cultura patriarcal, definindo o que as mulheres indígenas podiam ou não fazer, ou ainda, que as mesmas não deveriam fazer parte dos projetos econômicos do país. Entretanto, no momento atual, as militantes das organizações pesquisadas afirmam que embora fossem deixadas de lado frente a quase tudo que é considerado importante, conseguem se colocar e se fazer gente, em e no movimento!

Com a participação nos movimentos, elas dizem poder incidir em algo além do cotidiano; colocar pautas e debates nas suas regiões, nos Estados e no país, mostrando que é possível mudar aquilo que a maioria acredita que não. Mas, pautar algo para a sociedade significa, primeiramente, entender e pautar também para si mesmas, o que não raras vezes constitui embates individuais em que vão aprendendo, ocasionando assim, mudança no processo de consciência, que não se dá de forma linear, conforme pontua Iasi (2007). Logo, isso permite ou leva a ampliar as percepções sobre a realidade e um exemplo de luta que toma proporções surpreendendo as militantes é o caso da CONAMI, quando o movimento assumiu a denúncia da morte de mulheres indígenas nos partos.

As mulheres desta organização estão envolvidas numa luta de muitos anos contra a morte materna indígena, devido a uma situação de não atendimento das indígenas em instituições públicas por preconceito, embora não admitido por parte dos poderes públicos. Desse modo, tomaram para si essa causa e fizeram a pauta extrapolar as fronteiras do México. Elas apresentaram denúncias na Organização dos Estados Americanos (OEA), levando as discussões para o Enlace Continental de Mulheres Indígenas e, assim, o Estado mexicano teve que tomar providências, dando algumas respostas imediatas à sociedade e se explicando para os demais países do mundo.

Atualmente há casas de saúde da mulher indígena, conhecidas como CAMI, sendo dezenove ao todo no país, em parte assumidas pelo Estado; contudo, as militantes da CONAMI necessitam permanecer vigilantes a respeito da situação. Esse tema levantou discussões sobre o aborto, não havendo consenso, mas, o importante é que na organização as mulheres caminham juntas, as que se dizem feministas e também as que dizem não ser, constituindo um movimento plural, com inúmeras identidades de movimentos mistos e autônomos, de várias etnias e, por conseguinte, diferentes cosmovisões. O importante é que denunciaram uma situação escondida há séculos no México, pois se tratava apenas *de las índias*, e dessa maneira, descobriram instrumentos internacionais e também nacionais de proteção e passaram a estudá-los em cursos e encontros.

No Brasil, os relatos das militantes ao tratar do tema da violência, traz uma constatação enfática de todas elas: as mulheres sofrem violência física, principalmente, por parte de seus cônjuges, quando assumem o conflito de não mais aceitarem resignadamente o que aceitavam até então. Elas se referiam aos casos de militantes dos movimentos sociais, quando começavam a ampliar a participação em movimentos específicos de mulheres, ou mesmo no interior de coletivos de mulheres dos movimentos mistos. Além disso, era demonstrado o entendimento de que a violência masculina contra a mulher é a forma mais cruel de impor e coagir, como se o homem fosse dono dela. Por isso, em alguns casos, as mulheres desistem dessa participação, quando não têm condições de suportar o conflito ou romper com a relação definitivamente. Em outros casos, rompem com a situação de violência, separando-se, ou tomando medidas com auxílio de companheiras, o que significa um avanço no espaço de poder na relação, em vista de não permitir que a violência se repita.

O feminismo camponês e indígena está sendo construído passo a passo, e, talvez pudéssemos dizer, que a passos lentos, pois, não é apenas algo teórico. Ele deve servir, segundo as militantes, para provocar câmbios na vida das mulheres em vista de uma situação melhor no momento atual e também para frente/*adelante*, principalmente no que se refere às liberdades. Esse feminismo deve ser útil para a superação de todas as formas de violências e discriminações cometidas contra as mulheres, aliás, as indígenas enfatizavam que não gostam dos embates teóricos aonde uma tenta se sobrepor à outra companheira.

Diziam mais: que o feminismo e na construção dele, não podemos nós mulheres exercer o patriarcado disputando quem é melhor e impondo um ponto de vista. Temos que, a partir de nossas distintas realidades, construir um caminho que não tem receita, mas que vá libertando as mulheres das amarras do medo e das injustiças. Que vá esclarecendo, ajudando a dar forças para se poder ter autonomia, confiança em si mesmas. O feminismo camponês do qual falamos as brasileiras, tem a ver com a vida camponesa, negando a sobrecarga de trabalho, colocando em xeque “o lugar de mulher”, afirmando que elas são da roça, mas estudam e articulam estratégias, mostrando que sabem aonde querem chegar. Lutam por políticas públicas, afirmam as conquistas já obtidas em movimento, questionam as políticas quando “não servem” e constroem o que chamam de novas relações com seus companheiros, filhos e filhas.

As mulheres de movimentos específicos, no caso do MMC e da CONAMI, continuam sendo questionadas sobre o porque precisam ter um movimento só de mulheres; sabem que na realidade não são bem aceitas, representam perigo. Diante disso, dizem que cansam de explicar, e, quando não querem mais explicar, não explicam mais nada, porque os homens não precisam

explicar sobre o estar e participar em/de seus movimentos. E, quando se identificam como feministas há espanto, chegando a parecer certo temor, como que dizendo: E... além de tudo feministas! Feministas são loucas... Para que pauta específica? Outra vez Lagarde (2011, p. 33) amplia esta discussão a dizer: *“la idea de la igualdad genera un enorme temor entre quienes se benefician de la desigualdad y nunca quisieran ser objeto de aquello que ellos mismos hacen a las mujeres”*

Da mesma maneira, pelo fato de se reunirem e fortalecerem coletivos de mulheres, as militantes dos movimentos mistos percebem uma pressão que é traduzida em forma de piadas e brincadeiras insinuantes, de que elas já mandam demais no mundo e no Brasil. Elas percebem a ironia que está por trás disso, compreendendo o que, em tom de brincadeira, lhes é dito “melhor seria se você ficasse cuidando de sua casa”. Compreendem então, que as companheiras dos movimentos autônomos de mulheres, ao menos nisso, possuem maior autonomia. De forma geral, elas constroem lutas e processos específicos enquanto mulheres, não destoando da pauta geral da organização mista, menos, com relação ao avanço da consciência feminista, que vem a pôr em xeque o poder masculino em todos os espaços – atingindo assim – o espaço da organização.

Nesse sentido, mais uma vez Lagarde (2011, p. 21) contribui na reflexão, mostrando em seus estudos que as organizações civis, em geral, na maioria das instituições do Estado, nos partidos políticos, estruturados de maneira androcêntrica e hierárquica, “respondem a demanda de participação das mulheres com câmbios parciais e insuficientes, não progressivos, nem contínuos” e, em muitos casos, com retrocessos para frear as mulheres, convencendo-lhes que devem ter paciência, e que, no futuro, terão satisfeitas as suas necessidades; dizem que no momento não há condições, que é preciso esperar, pois há problemas que requerem atenção mais urgente... E, quando as mulheres, mesmo assim, avançam, os avanços são recebidos com cinismo de gênero por homens conservadores e inclusive, por alguns considerados progressistas.

Conforme pontua Mészáros (2009), não existe igualdade substantiva na sociedade capitalista, mas nem por isso as mulheres deixam de persegui-la, construindo o possível, mesmo sabendo dos condicionantes. A construção dos avanços na luta das mulheres, desde uma perspectiva de gênero, em favor do sexo feminino se dá de forma mais lenta, argumenta Muraro (2002) corroborado pelas pesquisas de Lagarde (2011), pois é mais fácil mudar, pautar e reivindicar questões na esfera pública do que no âmbito privado. Nesse mesmo sentido, Lagarde, na mesma obra, enfatiza que, por conta da existência dos cativeiros, os avanços da

luta feminina custam o dobro: pela oculta consciência da existência dos cativeiros, de forma especial, quando são convertidos em virtudes, como entrega, dever moral, obediência, capacidade de trabalho, missão, etc.

Assim, o que dá para constatar da pesquisa realizada no Brasil e no México, é que tanto nos movimentos específicos assim como nos mistos, as mulheres vivem grandes conflitos e contradições pelo fato de viverem e se darem conta dos cativeiros. Elas destacam que gostariam que todas as mulheres pudessem ter uma percepção mais alargada a respeito da vida e da sociedade, de seu papel como mulher, mas, sabem que isso não é fácil e a educação escolar pouco colabora nesse sentido. Dizem ser essa percepção crítica da realidade do mundo e do ser mulher no mundo se dá com a participação nos movimentos e em seus processos formativos. Lagarde (2011, p. 23-24) descreve sobre essa situação:

Así, las mujeres nos movemos en contradicciones permanentes. Si alentamos nuestro ser tradicional entramos en conflicto con nuestras necesidades y aspiraciones modernas de género, si ejercemos o exigimos derechos, los demás sienten que es contra ellos, si satisfacemos a los otros, no nos quedan tiempo, energía ni recursos suficientes para nuestro desarrollo. Si cumplimos con algunas expectativas opresivas de los otros, nos traicionamos.

Inscrever-se na história não tem sido fácil para as mulheres, pois o trabalho em vista da sobrevivência continua sendo um fardo pesado ainda sobre seus ombros, segundo evidenciou a pesquisa: de um lado, conjugar a produção (de alimentos no caso das camponesas) com a militância, quando ambos exigem estar num mesmo momento é um desafio imenso; de outro, retrabalhar constantemente e desgastantemente nas suas relações familiares que, se há um trabalho de mulher, ele tem valor e é preciso desinvisibilizá-lo. Ao fazer isso, o passo seguinte é conseguir organizar as tarefas entre todos, pois, por mais consciência que o companheiro e os filhos tenham sobre isso, é preciso lembra-los sempre, pois rapidamente, algumas coisas sempre recaem para a mulher/mãe, como sendo coisa dela mesmo, parecendo naturalização dos papéis de gênero.

Outro ponto a destacar, e, agora sim, no mesmo processo do rio que vai enchendo, ao fazerem-se gente, fazendo história, ou fazendo política, a fala é fundamental. A fala em espaços mistos/públicos para as militantes é falar para existir, para se tornar visível enquanto sujeito pensante. Entretanto, não se trata de qualquer fala; é preciso ter elementos políticos e, em vista disso, conhecer, estudar, se formar para além daquilo que é oferecido em escolas.

Uma das falas foi enfática: “se não nos formamos, não temos consciência de nossos direitos, e, então eles existem, mas se não sabemos, é como se eles não existissem mesmo”. Dizer a palavra e auxiliar cada companheira a aprender a pronunciar a palavra, a partir do

empoderamento, é existir. Para tanto, reunir-se somente com mulheres em alguns espaços possibilita ensaios de poder, mesmo sabendo que frente aos companheiros “*las piernas tiemblan*”, quando se fala as primeiras vezes.

Com relação aos espaços formativos para mulheres, pensado por elas mesmas, está a possibilidade de empoderamento individual e coletivo, com saberes partilhados, contestados, revisados, e, assim se aprende, umas com as outras. As militantes mexicanas, de modo especial, diziam da importância desses momentos, mas sem aquele feminismo agressivo, atribuído aos embates conceituais acadêmicos acalorados. Pontuavam que o clima precisa ser de companheirismo para encorajar, especialmente as indígenas a falar, pois, devido aos usos e costumes tradicionais, em muitas etnias, as mulheres são bastante introvertidas, pouco falam, e, quando se manifestam, falam baixo, inclusive há vergonha de “mal falar” a língua espanhola.

Os espaços ou os movimentos específicos dos quais participam são, acima de tudo, a escola ou a faculdade a que as mulheres não tiveram acesso, segundo afirmam. Da mesma forma, assumem uma dimensão educativa os movimentos mistos em sua totalidade. Contudo, é nesse espaço que ocupam, como mulheres, que aprendem a desnaturalizar as violências, e, dentre elas, a sobrecarga e a não valorização de seus trabalhos. A partir disso, buscam se valorizar e, assim, constroem-se enquanto sujeitos com capacidade político-organizativa.

Deste modo, as mulheres aprendem a lidar com a perspicácia e o poder que conquistam, embora a maioria (cativa) ainda não saiba que o possui, ou não sabe como lidar com ele, conforme pontuava uma militante brasileira. Aprendendo e se construindo nessa caminhada, as mulheres passam a exigir o cumprimento das leis conquistadas, o direito a pensar diferente e de se posicionar, deixando de ser consideradas tarefeiras nas organizações mistas. Acima de tudo, reaprendem o valor e o orgulho de serem camponesas ou de serem indígenas, caminhando de cabeça erguida “*sin bajar la mirada*”, afirmando, nosso lugar é aqui, no âmbito das decisões.

Elas não negam, porém, a educação escolar; ao contrário, afirmam ser muito importante, mas, de outra maneira, constataam que a educação escolar e a formação política, por si só, não são suficientes para o que precisam, ao se referirem que a opressão e a exploração. Por isso mesmo, necessitam de outros instrumentos (educativos, formativos) que lhes deem condições de “se manterem em pé”, como lideranças, frente aos desafios postos por suas famílias, por seus companheiros de movimento e pela sociedade.

Devido a inserção militante, elas afirmam que conseguem um maior entendimento/politização que leva a tomadas de decisão como seres com maior autonomia, fazendo-se respeitar desde o espaço da casa, da produção às esferas públicas de participação,

nas comunidades, entidades e no próprio movimento. Junto a isso, dizem que encontram no movimento condições de transformar a realidade, com limites impostos da sociedade, obviamente, mas, sempre é uma possibilidade na força coletiva da organização. Nesse aspecto, as conquistas de direitos, como acesso à terra, melhores condições de produção, conhecimento a respeito dos instrumentos legais de proteção dos e das indígenas, autonomia enquanto mulher, além de outros, significam a realização de sonhos, possíveis graças à luta. Afinal, elas dizem que o grande aprendizado consiste no fato de estarem na luta.

Constata-se ainda, que as mulheres integrantes de movimentos populares têm avançado no que tange às decisões nas unidades de produção, pois, decidem e aprendem a comandar em suas organizações e, assim, vai havendo mudanças no espaço privado e também no não privado, mas, acima de tudo, em si mesmas. Um desafio colocado aí é que elas mesmas percebem que precisam avançar na gestão dos recursos financeiros, pois, mesmo não tendo muito estudo, possuem conhecimento e, se dão conta disso. Nesse caso, não é a falta de conhecimento escolar que impede as mulheres de estarem nesse campo administrativo; falta algo mais, dizem as mulheres da CONAMI. Falta um tipo de educação que, em geral, não é oferecida pelas escolas e, que também não é somente formação política:

No solo formarlas políticamente, sino darles otras herramientas, porque una de las cosas que han paralizado a algunas compañeras no es precisamente la falta de conocimiento, sino el no perder el miedo, el no tener seguridad de si mismas, el no construir las condiciones para caminar con los liderazgos masculinos. También en esta lucha y en ese andar, no subordinarse ni temer ni retroceder ni tampoco confrontar estérilmente, sino debatir, proponer, exigir, construir y hacer valer nuestros derechos (SÁNCHEZ, 2010, p. 194-195).

Nas palavras da Sánchez, o sentido de uma educação, diríamos, completa, que se dá para além de espaços escolares e, no momento atual, talvez seria muito cobrar essa tarefa das escolas, quando os/as profissionais da educação precisam continuar na luta para poderem minimamente se manterem nas escolas públicas. Além disso, a função da escola deveria acolher e conseguir não expulsar crianças, adolescentes e jovens já marginalizados, sabendo que isso é quase impossível, pelo fato de que a sociedade os expulsa de tantos lugares; de terem teto, alimentação saudável e suficiente, lazer sadio, etc.

Enquanto a sociedade em si caminha grandemente no capitalismo, mantêm-se as formas de inclusão e exclusão que são próprias da natureza mesma do capitalismo, e, ao mesmo tempo em que se apropria da terra e do produto do trabalho também estabelece um percentual de desemprego a fim de manter o controle sobre as organizações dos trabalhadores, o que se

estende, também, às profissões desempenhadas por mulheres. Com isso, não há como colocar a responsabilidade de a educação escolar sanar sozinha lacunas históricas. Nesse aspecto, os movimentos populares são instrumentos importantes de educação, conforme pontuado na voz das pesquisadas, pois, a vida delas seria ainda mais dura se não houvesse possibilidade de aprenderem o que aprendem em suas organizações, ainda que se gaste uma vida toda, mas, numa causa que também lhes proporciona alegrias, encontros, partilhas, além de embates e decepções que fazem parte do processo.

O pântano dá sinal de que há alguma água... E se há água, há vida, esperança de que algo possa renascer porque as flores vão amadurecer e largar as sementes e gerar novas plantas e flores, completando o ciclo da vida. E, as mulheres estão e permanecem na luta porque possuem esperança. “Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na esperança pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 2011, p. 15).

Nessa esperança, há indícios do poder das mulheres que constroem não quaisquer ou pequenas, mas as suas histórias, embora ainda muito escondidas, cujo desafio das que lutam é desocultá-las, rebuscar retalhos e fazer costuras conjuntas, em mutirão, ou amarrar ou trançar os cipós a fim de fazer balanços... Balanços que as crianças gostam muito... E porque não, as mulheres poderem se balançar, descansar das jornadas de trabalho; considerando que as indígenas, ainda em alguns casos e em certa medida, cultivam outros ritmos de trabalho, possam escolher os cipós bons para fazer seus artesanatos, e ter acesso ao mato, apreciar as flores...

LEARNING FROM THE STRUGGLE: PEASANT WOMEN FROM BRAZIL AND INDIGENOUS FROM MEXICO

ABSTRACT: this paper is about the educative dimension of the struggle since the work and constitution of individual and collective identities of militant and leaders of Via Campesina from Brazil and UNORCA/UNMIC and CONAMI from Mexico. Methodologically, it is part of realized case study during research the doctoral thesis in Rio Grande do Sul State with women from MST, MPA, MMC and MAB and in Mexico, with women from UNORCA/UNMIC and CONAMI from 2011 to 2013. We can make is that in the appropriate spaces of women, without denying the mixed organizations, they can understand themselves, give each other strength and make your training going beyond the school boundaries or even political formation, breaking with the "captivity". This way, turning themselves into strong subjects not as victims anymore, but putting them, questioning themselves, families and the capitalist and patriarchal society.

Keywords: Peasant and indigenous women. Struggle. Work. Education. Learning

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BARTRA, A. *Tiempos de mitos y carnaval*. Indios, campesinos, revoluciones. De Felipe Carrillo Puerto a Evo Morales. México: Itaca, 2011.
- ESPELAND, S. Mujeres y derechos indígenas: la propuesta del congreso nacional indígena. In: GUTIÉRREZ, N. C. (Coord.). *Mujeres y nacionalismos en América Latina*. De la independencia a la nación del nuevo milenio. México, DF: Instituto de Investigaciones Sociales, 2004. p. 157-176.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUTIÉRREZ, N. C. *Mitos nacionalistas e identidades étnicas*. Los intelectuales indígenas y el Estado mexicano. México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM. 2012.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LAGARDE, M. R. *Los cautiverios de las mujeres*. Madresposas, monjas, putas y locas. Madrid: Horas y Horas, 2011.
- MELO, H. P.; SABBATO, A. Di. Gênero e trabalho rural. In: BUTTO, A. (Org). *Estatísticas rurais e a economia feminista*. Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 32-121.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. 3. reimpr. São Paulo: Unicamp e Boitempo, 2009.
- MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2002.
- RAMINELLI, R. Eva tupinambá. In: PRIORE, M. D. *Histórias das mulheres no Brasil* (Org.). 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-44.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.
- SÁNCHEZ, M. N. Tenemos que hablar, liberar los pensamientos. In: SPINOSA, G. D.; DIRCIO, L. I. C.; SÁNCHEZ, M. N. *La coordinadora guerrerense de mujeres indígenas: construyendo la equidad y la ciudadanía*. México: UNIFEM, 2010. p. 171-202.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Agricultura na sociedade de mercado. As mulheres dizem não à tirania do comércio*. São Paulo: SOF, 2006.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STAVENHAGEN, R. *Derecho indígena y derechos humanos en América Latina*. México: Colégio de México, 1988.

WANDERLEY, E. Luiz. *Educar para transformar: Educação popular, Igreja Católica e a política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Recebido em: 11 de março de 2017.

Aprovado em: 13 de maio de 2017.